

1 2

PARECER 003/2016

3

29

30

31

democrático.

PARECER DA COMISSÃO DE FINANÇAS DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE 4 PALMAS, REFERENTE À APROVAÇÃO DO RELATÓRIO DE GESTÃO DO segundo 5 QUADRIMESTRE DO EXERCÍCIO DE 2016. Está previsto no Art. 41 da Lei Complementar 6 7 nº 141/2012 que o Conselho Municipal de Saúde - CMS, no âmbito de suas atribuições, avaliará a cada quadrimestre o relatório consolidado do resultado da execução 8 9 orçamentária financeira e o relatório do gestor da saúde sobre a repercussão da execução desta, as condições e a qualidade dos serviços de saúde à população e encaminhará ao 10 11 Chefe do Poder Executivo com as indicações para que sejam adotadas as medidas 12 corretivas necessárias e, proporcionar ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de 13 acesso público, sem prejuízo do disposto nos Art. 56 e 57 da Lei Complementar nº 14 101/2000. 15 A atual situação econômica está causando muita preocupação aos governos, empresários e trabalhadores. Como em todos os momentos de incertezas, dose de medo se confunde 16 17 com a frieza dos números e para isso é muito importante uma visão do que está ocorrendo. 18 Eles não deixam dúvidas da gravidade da situação, mesmo com os subterfúgios utilizado 19 pelo governo para camuflar situação econômica que poderia ser evitado se existisse um 20 planejamento estratégico de médio e longo prazo. Não é uma operação tapa buraco que 21 vai resolver, necessita de medidas duras e coordenadas e tudo isso podia ser facilmente 22 resolvido se houvesse um planejamento macro. 23 O equilíbrio orçamentário está previsto na Lei 4.320 de 1964 e na Lei de Responsabilidade 24 Fiscal - LRF, é o equilíbrio auto-sustentável, ou seja, aquele que prescinde de operações 25 de crédito sem aumento da dívida pública. Esta é a verdadeira tradução do slogan "gastar apenas o que se arrecada" 26 27 Por sua vez, quando se trabalha com ações planejadas e transparentes, prevenção de 28 riscos e correção de desvios que afetem o equilíbrio das contas, o cumprimento de metas

de resultados entre receitas e despesas, a renúncia de receitas e a geração de despesas

com pessoal que é enfatizado pela LRF garantindo-lhe a legitimidade do regime



- 32 Por sua vez, a transparência será alcançada através do conhecimento e da participação da
- 33 sociedade, assim como na ampla publicidade que deve cercar todos os atos e fatos ligados
- 34 à arrecadação, à realização das despesas principalmente a despesas com pessoal, se em
- 35 determinado período exceder os limites previstos, medidas serão tomadas para que esse
- 36 gasto volte a situar-se nos respectivos parâmetros, através de extinção de gratificações e
- 37 cargos comissionados, além da demissão nos termos já previstos na Constituição Federal.
- 38 Cobertura populacional atendida pela Atenção Básica, conforme o RDQA a cobertura
- 39 populacional estimada pelas equipes de Atenção Básica atingiu 100%. Consta no relatório
- 40 do 2º quadrimestre, a seguinte distribuída da população de acordo com as Áreas Territorial:
- 41 >> Javaé 35.943 habitantes 14,11%;
- 42 >> Kanela, 41.455 habitantes 16,28%;
- 43 >> Xerente 36.410 habitantes 14,29%;
- 44 >> Khahô 30.672 habitantes 12,04%;
- 45 >> Apinajé 33.402 habitantes 13,11%;
- 46 >> Xambioá 34.842 habitantes 13,68%
- 47 >> Karajá 32.864 habitantes 12,90%
- 48 >> Pankararu 9.127 habitantes 3,58%
- 49 >> Total Geral 254,715 habitantes
- 50 Solicitamos para o próximo relatório, 3º quadrimestre, seja relatada a população exata do
- 51 município, quantos somos realmente, mais que 300 mil ou menos que 300 mil habitantes.
- 52 Quantos hipertensos, diabéticos, gestantes, tuberculose, Aids, hanseníase, leishmaniose,
- 53 quantos utilizam medicamentos, quantos devem ter atendimento domiciliado, dentre outros,
- 54 tendo em vista que a cobertura populacional é de 100%, sendo assim podemos deixar de
- utilizar a estimativa populacional do IBGE, 279.856.
- 56 Cobertura populacional das Equipes de Saúde Bucal. Com a ampliação de mais 16,
- 57 totalizou 46 equipes superando em 60%, sendo que pode ser aumentado as equipes com o
- 58 retorno dos servidores cedidos, caso isso não seja possível que as custas com salários
- 59 sejam transferidas ao ente solicitante.
- 60 Para o próximo relatório, solicitamos a criação dos principais indicadores em saúde bucal,
- em conformidade com a Portaria GM/MS nº 493/2006:
- 62 >> Cobertura de primeira consulta odontológica;
- 63 >> Cobertura da ação coletiva, escovação dental supervisionada;



- >> Média de procedimento odontológica básica individual;
- 65 >> Proporção de procedimentos especializados.
- 66 Proporção de nascidos vivos de mães com 7 ou mais consultas de pré-natal. A meta
- 67 pactuada para o exercício de 2016 já foi superada em quase 2% em decorrência de ações
- 68 de capacitações e do projeto nascer saudável, distribuição de kits de gestantes,
- 69 acompanhamento aos recém-nascidos. Existem evidências consistentes de que a
- assistência pré-natal rotineira previne a morbimortalidade materna e perinatal, pois permite
- 71 a detecção e o tratamento oportuno de afecções, além de reduzir os fatores de risco que
- 72 trazem complicações para a saúde da mulher e do bebê (<u>Domingues</u> et al., <u>2012</u>)
- 73 **Taxa de Mortalidade Infantil.** Tem sido um desafio para os serviços e a sociedade como
- um todo, as ações que está associada à assistência ao pré-natal e puerpério. Esse é um
- 75 problema social, no entanto, as regiões pobres são as mais atingidas pela mortalidade
- 76 **infantil**. Entre os principais motivos estão: a falta de assistência e de orientação pelo poder
- 77 público, a deficiência na assistência hospitalar aos recém-nascidos, a ausência de
- 78 saneamento básico (desencadeando a contaminação de alimentos e de água, resultando
- 79 em outras doenças) e desnutrição.
- 80 Número de óbitos maternos em determinado período e local de residência. Nesse
- 81 RDQA consta um óbito materno e que o mesmo foi investigado, mas não relata o ocorrido.
- 82 No próximo relatório descrever a investigação efetuada
- 83 Percentual de consultas médicas especializadas, exames e demanda de média e alta
- complexidade ofertada, proposta no PPA. O encaminhamento de 100% dos protocolos e
- 85 exames especializados a partir de 2015. Os exames de média e alta complexidade,
- 86 credenciados de forma a complementar a rede SUS e ofertados para a população e
- 87 referenciada conforme os termos da Programação Pactuada e Integrada PPI foi de 61%
- 88 totalizando 41.716 exames. A informatização dos serviços de saúde foi a principal
- 89 estratégia assumida pela gestão para organizar o fluxo do acesso para a média
- 90 complexidade. A incorporação dessa tecnologia torna possível o agendamento de
- 91 consultas e exames on line, a partir das UBS. Até então, esse agendamento era realizado
- 92 manualmente nas UBS e na ausência do usuário, o que acarretava dificuldades tanto para
- 93 os usuários, quanto para o próprio sistema de saúde. Mesmos com esse sistema vem
- 94 ocasionando uma demanda reprimida em decorrência a falta de recursos.



95 Para o próximo relatório demonstrar o quantitativo de consultas e exames solicitados e realizados. 96

População Coberta pelo Centro de Atenção Psicossocial II, AD III, Infanto juvenil e do uso de álcool e outras drogas. Mesmo com os recursos escassos devidos os repasses do governo federal em queda, o fortalecimento dessa rede através da implementação dos serviços já existentes. Os cuidados com a saúde mental e ao fortalecimento da rede de saúde mental, para toda a população; disponibilização de materiais necessários. A implantação de novos serviços de atenção, como a Unidade de Acolhimento Adulto (UAA) que já está pactuada junto ao Ministério da Saúde, solicitação para habilitação do Centro de Atenção Psicossocial Infanto-Juvenil (CAPS) e solicitação de incentivo financeiro para construção de sede própria do CAPS II e CAPS. No próximo relatório apresentar se existem programas de prevenções voltadas para o uso abusivo e/ou dependência de álcool e outras drogas podem ser definidas como um processo de planejamento, implantação de estratégias voltadas para a redução dos fatores de risco específicos e fortalecimento dos fatores de proteção. Implica necessariamente a inserção comunitária das práticas 110 propostas, com a colaboração de todos os segmentos sociais disponíveis. A prevenção tem como objetivo impedir o uso de álcool e drogas, impedir uma "escalada" do uso e minimizar as consequências. O planejamento de programas assistenciais de menor exigência contempla uma parcela maior da população e das entidades religiosas de assistências sociais, dentro de uma perspectiva de saúde pública, como metas viáveis e possíveis aos usuários.

116 Cobertura da Assistência Farmacêutica à população. O serviço clinico do farmacêutico 117 e pouco conhecido e de grande retorno para o município o que pode gerar uma economia 118 significativa com o reaproveitado dos medicamentos não mais utilizado pelos pacientes. 119 Entende-se que o farmacêutico tem que estar onde o paciente está. Não adianta oferecer o medicamento, se ele não está sendo utilizando, ou está estocado. Daí o problema, quando 120 não está sendo administrando corretamente o medicamento por que é cego, não sabe onde 121 122 está e em muitas situações não sabe ler. Uma visita domiciliar e fundamental para que o profissional detectar os problemas para evitar o retorno daquele paciente e ou a 123 hospitalização.

124

97

98

99

100

101

102

103

104

105

106

107

108

109

111

112

113

114

115

A assistência integral de medicamentos no âmbito do SUS além da falta de recursos as 125 126 demandas judiciais vêm proporcionando certo desequilibro no estoque e no atendimento



127 humanizado que também é ocasionada pela falta de planejamento na aquisição que está condicionando o fracionamento na compra desses. A aquisição de medicamentos é uma 128 129 das principais atividades da Gestão da Assistência Farmacêutica e deve estar estreitamente vinculada às ofertas de serviços e à cobertura assistencial dos programas de 130 saúde. Uma boa aquisição de medicamentos deve considerar primeiro o que comprar 131 (seleção); quando e quanto comprar (programação); e como comprar. O monitoramento e a 132 avaliação dos processos são fundamentais para aprimorar a gestão e intervir nos 133 134 problemas. A maioria dos serviços farmacêuticos utiliza como critério técnico para aquisição, dados de consumo histórico e/ou critérios subjetivos. Em todos os métodos de 135 programação (por perfil epidemiológico, oferta de serviços, consumo histórico ou ajustado), 136 existem vantagens e desvantagens. Recomenda-se ajustar a combinação dos vários 137 métodos para se obtiver uma programação mais adequada para que se possa quantificar 138 139 melhor.

Centro de Referência em Fisioterapia da Região Sul – Crefisul. Informar no próximo relatório as atividades desse serviço, quantos pacientes estão sendo atendidos, quantos pacientes da região Central estão utilizando os serviços de transporte social <u>e aonde estão</u> sendo realizado os serviços de Fisioterapia da Policlínica da 303 Norte.

Para o próximo relatório detalhar os resultados do <u>Plano de Combate a Obesidade</u> aprovado nesse conselho

146

147

148

149

150

151

152

153

154

155

156

157

158

Urgência e Emergência, A busca e a preferência dos usuários que demandam serviços de saúde geralmente pelas UPAs, é a busca por serviço decorrente de maior infraestrutura, aliada à rapidez e à agilidade que possibilitam ao usuário maior resolutividade de seus problemas de saúde. Esses serviços de urgência apresenta um desafio a ser superado, porque a população vem mesmo, ela vai onde ela acha mais fácil. Então a população faz assim, eu venho aqui porque aqui eu faço raios-X e faço o exame. Então para eles é mais rápido, elas ficam abertas 24 horas. Porque os pacientes não procuram as Unidades de Saúde da Família – USF, porque pensa que na UPA vai ser resolvido o problema dele com mais rapidez. Por exemplo, se eu chegar a USF, eu não sou grave, mas o paciente vai pedir um exame que eu vou demorar em fazer. Ele prefere vir na UPA e fazer aquele mesmo exame no mesmo dia. Por exemplo, um hemograma, um exame de urina, um eletro, o que for ele vai ser resolvido o problema dele no mesmo dia principalmente as consultas com pessoas residentes em outros municípios e Estado.



159 Quando analisado os serviços disponibilizados pelas UPA com os das USF, é possível identificar desafios, entre eles ressaltam-se as condições das UFS que resultam em 160 161 dificuldades de acesso dos usuários nas consultas e exames, que, por sua vez, procuram a UPA como oportunidade de solucionar seus problemas, ainda que não sejam urgentes ou 162 emergenciais. 163 Para o próximo relatório informar o quantitativo de atendimento por classificação, os que 164 não possuem cartão SUS residentes em Palmas o quantitativo de exames e de coleta de 165 166 amostra para Isolamento Viral de Dengue. Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - Samu, O Samu tem como finalidade 167 prestar o socorro à população em casos de emergência. O atendimento começa com os 168 operadores fazendo algumas perguntas para a pessoa que ligou para saber qual o estado 169 das vítimas. Com base nas respostas, os médicos que trabalham na central decidem qual o 170 171 tipo de ambulância será deslocado ao local da ocorrência. Hoje, o serviço conta com ambulâncias para suporte básico e outras para suporte avançado. Ele disponibiliza aos 172 despachadores os protocolos médicos necessários para cada tipo de ocorrência, além de 173 174 informações úteis para as ações após o despacho e antes da chegada ao local. Isso possibilitou a padronização das perguntas e uma maior eficiência no registro das respostas. 175 176 Esses protocolos atendem à Portaria nº 2.048/GM, do Ministério da Saúde, cujo objetivo é regulamentar o atendimento das urgências e emergências. Baseado nesse protocolo 177 médico do SAMU, as solicitações são priorizadas conforme sua gravidade e a tomada de 178 decisão dos médicos reguladores, que realizam uma triagem mais avançada antes do 179 180 despacho. A frota dos veículos do Samu já está com mais de 6 anos de uso o que requer um custo 181 182 elevado com manutenção o que requer um planejamento para iniciar a substituição dos 183 veículos mais velhos, tendo em vista que a área de cobertura é superior a 2 milhões de 184 km². O total de chamadas no período foi de 13.946 e o chama atenção são chamadas (trote) 185 teve uma redução substancial, assim mesmo atingiu quase 10% em relação ao total. 186 Considerando que o governo federal já repassou a verba e existe uma área definida, 187

solicitamos relatar no próximo relatório o cronograma para construção da sede definitiva do

188

189

Samu.



190

191

192

193

194

195

196

197

198

199

200

201

202

203

204

205

206

207

208

209

210

211

212

213

214

215

216

217

218

219

220

Vigilância em Saúde. São as ações que se divide em: Saúde do Trabalhador, que são as ações continuada para identificar o perfil populacional da população trabalhadora, sua ocupação, ramo de atividade econômica, tipo de vínculo empregatício e seus potenciais de riscos. Em decorrência do aumento de peso da população adulta, incluir mais uma ação, o plano de combate a obesidade para reduzir os casos de doenças principalmente as do coração. Saúde Ambiental, é o controle dos fatores de risco e das doenças ou agravos relacionados aos desastres naturais. Saúde da Criança, tem por objetivo a proteção da criança o aleitamento materno, os cuidados com desde a gestação até os nove anos de vida. Saúde do Adolescente, é o processo de desenvolvimento e crescimento físico, psíquico e a inclusão sócio-cultural para a vida. Assim como na saúde do trabalhador, deve intensificar os trabalhos nas escolas para ampliar o programa de escovação, hoje represente menos de 10% dos alunos e a alimentação para reduzir o quantitativo de crianças e adolescentes acima do peso. Saúde da Mulher são as ações de monitor, acompanhar, avaliar e propor estratégias para reduzir a mortalidade infantil, no planejamento reprodutivo, pré-natal, puerpério. Deve ser incluído ainda ações para reduzir as doenças relacionadas ao câncer de mama e colo do útero. Também ações de prevenção e proteção relacionado a violência da mulher em decorrência do aumento dessas ocorrências. Saúde do Homem, as ações de prevenção e proteção se confunde com a saúde do trabalhar além das questões culturais. As dificuldades se inicia nas unidades para agendar uma consulta que está limitado a 30 consultas mensais. Depois para agendar uma consulta com especialista e finalmente conseguir realizar um exame. Infelizmente existe uma demanda reprimida nessa área médica. Saúde do Idoso, em decorrência do aumento da população idosa, esta sobrecarregando o sistema o qual deve se pensar na interligação as políticas públicas das demais áreas como, educação, assistência social e infraestrutura. Alimentação e Nutrição, em decorrência da atual situação econômica, fica muito complicado orientar a população a realizar uma alimentação saldável, tendo em vista as questões culturais. Também devemos analisar a alimentação nas escolas. Programa de Saúde Escolar, para o fortalecimento desse programa deve ser interligado com a saúde da criança e do adolescente e da alimentação e nutrição. Como sugestão a interligação o trabalho em conjunto dessas ações, assim é o conjunto dessas ações que proporcionará o sucesso de todos.



Fundação Escola de Saúde Pública – Fesp. Criada pela Lei nº 2.014/2013, vinculada à Secretaria da Saúde com autonomia administrativa, financeira e patrimonial, tem por objetivo promover a formação e educação permanente, pesquisa e extensão na área da saúde. No próximo relatório além das capacitações realizadas, informar as legislações de criação da Fesp, leis federais, estaduais e municipais e dos conselhos de classe.

226 Informar a origem dos recursos e quem são os beneficiários e valores do programa de 227 bolsas de estudantes e pesquisador.

Da constituição e vinculação dos recursos. Foi constatado o cancelamento de empenho contabilizado em Restos a Pagar não Processado do exercício de 2015 totalizando R\$4.538.422,09 publicado na Portaria CNS nº 1.153/Semus/DEXFMS de 20/10/2016, tendo em vista que o cancelamento de restos a pagar não-processados configura anulação de dotações orçamentárias comprometidas em exercícios passados e também foi constatado alterações nos empenhos contabilizados em Restos a Pagar com a substituição de notas fiscais com data de emissão do exercício de 2016. Solicitamos relatar esses procedimentos no próximo relatório sobre

Do Orçamento, da execução orçamentária e financeira. Em análise preliminar a probabilidade de atingir a meta é quase improvável e que haverá uma frustação de receita muito elevada conforme informações extraídas do Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa e Ação - Anexo 11. Sendo assim fica para a próxima prestação de conta um detalhamento macro de todas as receitas e despesas.

Fonte	Especificação	Autorizado	Pago até mês	% ~
			de agosto	execução
010	Recursos Próprios	9.336.584,86	2.357.998,74	25,26%
040	ASPS	84.238.196,00	57.068.365,87	67,75%
401	PAB Fixo	6.419.900,00	4.292.637,38	66,86%
402	PSF	6.719.211,62	4.271.986,18	63,58%
403	PACS	6.999.027,00	3.537.479,44	50,54%
404	Saúde Bucal	1.516.100,00	473.308,96	31,22%
405	Atenção de MAC	49.671.426,24	27.600.867,85	55,57%
406	Vigilância em Saúde	6.956.282,35	3.570.279,53	51,32%
407	Assistência Farmacêutica	1.350.700,00	495.524,20	36,69%
408	Gestão do SUS	1.148.016,00	104.170,67	9,07%
410	SUS União	11.989.552,00	4.284.385,84	35,73%
441	SUS Estado	12.297.873,66	2.529.884,52	20,57%
451	Outras Receitas destinadas à Saúde	970.750,00	311.272,66	32,07%
498	Trasf. Convênio	3.686.790,11	596.773,77	16,19%
Total Geral		203.300.409,84	111.494.935,61	54,84%



Sendo assim, solicitamos que no próximo relatório conste a memória de cálculo das novas estimativas de receitas e despesas e demonstração da necessidade da limitação de empenho e movimentação financeira nos percentuais e montantes estabelecidos; a revisão das projeções das variáveis de que trata o Anexo de Metas Fiscais desta Lei; a justificativa das alterações de despesas obrigatórias, explicitando as providências adotadas quanto à alteração da respectiva dotação orçamentária; e os cálculos da frustração das receitas não financeiras, que terão por base demonstrativo atualizado e no caso das demais receitas, justificativa dos desvios em relação à sazonalidade originalmente prevista, § 4º do Art. 31 da Lei Nº 2.200/15 que Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2016, e adota outras providências e com o Art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal que trata da limitação de empenho e a movimentação financeira.

O parecer é pela aprovação do Relatório de Gestão e Relatório Detalhado do segundo Quadrimestre do exercício de 2016. Os relatórios e parecer ficarão à disposição dos conselheiros para qualquer questionamento que se faça necessário. A ata e a resolução desta plenária devem ser encaminhadas a Câmara Municipal, ao Ministério Público Federal e Estadual e ou Tribunal de Conta do Estado, a fim de que os mesmos possam acompanhar as deliberações do Conselho Municipal de Saúde e tomarem as providências que se fizerem necessárias. Este é o parecer e firmamos abaixo.

263 Luiz Fernando Amaral Neife 264

270 Leonel dos Santos Vaz